

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



**NARRATIVA SINALIZADA, VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA E
REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA: corpos surdos femininos entre regimes de
normalidade e justiça epistêmica**

Luciana Moratelli Pinho¹

Resumo

Este artigo analisa como as narrativas sinalizadas de mulheres surdas materializam discursivamente a articulação entre violência de gênero, violência linguística e regimes de representação midiática. Parte-se do problema de como os corpos surdos femininos são historicamente enquadrados por matrizes patriarcais e ouvintistas que produzem silenciamento e invisibilidade pública. O objetivo consiste em compreender de que modo tais violências se inscrevem nas experiências relatadas e como a mídia participa da construção social dessas subjetividades. Metodologicamente, adota-se a História Oral com narrativa sinalizada, fundamentada em Alberti (2005) e Mauad (2016), priorizando a Libras como língua de produção do conhecimento, com registro audiovisual das entrevistas e análise microdiscursiva inspirada na Análise do Discurso (Orlandi, 1999) e na concepção foucaultiana de discurso (Foucault, 1971; 1975). O corpus integra cinco participantes, sendo analisadas, neste recorte, duas entrevistas. O referencial teórico articula interseccionalidade (Crenshaw, 1989; 1991), teoria feminista crítica (Saffioti, 2004), performatividade de gênero (Butler, 1990), crítica à normalidade (Davis, 1995) e os aportes dos Estudos Surdos contemporâneos (Ladd, 2003; Bauman, 2014). Os resultados indicam que a violência linguística estrutura formas específicas de vulnerabilização nos âmbitos familiar, institucional e midiático, operando como mecanismo de controle simbólico e material. Conclui-se que a narrativa sinalizada constitui prática epistemológica contra-hegemônica, contribuindo para a consolidação da justiça linguística e para a reconfiguração das condições de produção do saber nas Ciências Humanas.

Palavras-chave: Mulheres surdas. Violência linguística. Violência de gênero. Narrativa sinalizada. Representação midiática.

**SIGNED NARRATIVES, LINGUISTIC VIOLENCE, AND MEDIA
REPRESENTATION: deaf women's bodies between regimes of normality and
epistemic justice**

¹ Doutoranda do PPHBC CPDOC FGV. Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação, Unicarioca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-7569-9077>. E-mail: lucianampinho@ines.gov.br.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Abstract

This article examines how signed narratives produced by Deaf women discursively materialize the articulation between gender-based violence, linguistic violence, and media regimes of representation. It addresses the problem of how Deaf female bodies have historically been framed within patriarchal and audist structures that generate communicative dependency, symbolic erasure, and restricted public recognition. The study aims to understand how such forms of violence are inscribed in lived experiences and how media representations participate in the social construction of these subjectivities. Methodologically, the research adopts Oral History through signed narratives, grounded in Alberti (2005) and Mauad (2016), prioritizing Brazilian Sign Language (Libras) as the primary language of knowledge production. Interviews were audiovisually recorded and examined through a microdiscursive analytical approach inspired by Discourse Analysis (Orlandi, 1999) and Foucault's conception of discourse as a productive regime of truth (Foucault, 1971; 1975). The corpus comprises five participants, with two interviews selected for this analytical focus. The theoretical framework articulates intersectionality (Crenshaw, 1989; 1991), feminist critical theory (Saffioti, 2004), gender performativity (Butler, 1990), the critique of normalcy (Davis, 1995), and key contributions from Deaf Studies (Ladd, 2003; Bauman, 2014). Findings indicate that linguistic violence operates as a structural mechanism of control across family, healthcare, and media contexts, reinforcing gendered and ableist hierarchies. The study argues that signed narrative constitutes a counter-hegemonic epistemological practice, contributing to linguistic justice and to the reconfiguration of knowledge production within the Humanities and Social Sciences.

Keywords: Deaf women; Linguistic violence; Gender-based violence; Signed narratives; Media representation.

NARRATIVAS SEÑALIZADAS, VIOLENCIA LINGÜÍSTICA Y REPRESENTACIÓN MEDIÁTICA: cuerpos de mujeres sordas entre regímenes de normalidad y justicia epistémica.

Resumen

Este artículo analiza cómo las narrativas señalizadas de mujeres sordas materializan discursivamente la articulación entre violencia de género, violencia lingüística y regímenes de representación mediática. Se parte del problema de cómo los cuerpos sordos femeninos son históricamente encuadrados por matrices patriarcales y oyentistas que producen silenciamiento e invisibilidad pública. El objetivo consiste en comprender de qué modo dichas violencias se inscriben en las experiencias relatadas y cómo los medios de comunicación participan en la construcción social de estas subjetividades. Metodológicamente, se adopta la Historia Oral con narrativa señalizada, fundamentada en Alberti (2005) y Mauad (2016), priorizando la Libras como lengua de producción del

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



conocimiento, con registro audiovisual de las entrevistas y análisis microdiscursivo inspirado en el Análisis del Discurso (Orlandi, 1999) y en la concepción foucaultiana del discurso (Foucault, 1971; 1975). El corpus está integrado por cinco participantes, analizándose, en este recorte, dos entrevistas. El marco teórico articula interseccionalidad (Crenshaw, 1989; 1991), teoría feminista crítica (Saffioti, 2004), performatividad de género (Butler, 1990), crítica a la normalidad (Davis, 1995) y los aportes de los Estudios Sordos contemporáneos (Ladd, 2003; Bauman, 2014). Los resultados indican que la violencia lingüística estructura formas específicas de vulnerabilización en los ámbitos familiar, institucional y mediático, operando como mecanismo de control simbólico y material. Se concluye que la narrativa señalizada constituye una práctica epistemológica contrahegemónica, contribuyendo a la consolidación de la justicia lingüística y a la reconfiguración de las condiciones de producción del conocimiento en las Ciencias Humanas.

Palabras clave: Mujeres sordas. Violencia lingüística. Violencia de género. Narrativa señalizada. Representación mediática.

Introdução

Os corpos não são apenas matéria biológica: são territórios políticos, sociais e simbólicos. Historicamente, determinados corpos foram construídos como desviantes, incompletos ou inferiores, sobretudo quando atravessados por marcadores como gênero, raça, condição linguística e classe. No interior dessa lógica, o corpo da mulher surda ocupa posição particular de vulnerabilização, situado na intersecção entre patriarcado, racismo estrutural e o ouvintismo estrutural². Mais do que experimentar formas isoladas de opressão, esses corpos vivenciam camadas sobrepostas de silenciamento, invisibilização e violência.

No campo das ciências humanas e sociais, os debates contemporâneos têm comprovado a necessidade de analisar as diversidades a partir de uma perspectiva

² O termo ouvintismo estrutural refere-se ao sistema de normas, práticas e discursos sociais que privilegiam a perspectiva ouvinte como parâmetro universal de humanidade, linguagem e cognição. Inspirado no conceito formulado por Skliar (1998), o ouvintismo ultrapassa a dimensão individual do preconceito contra pessoas surdas, operando como lógica estrutural que naturaliza a superioridade da oralidade e invisibiliza a experiência surda enquanto diferença cultural e linguística.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



interseccional, conforme formulado por Crenshaw (1989; 1991), compreendendo que gênero, raça e condição linguística não operam separadamente, mas constituem sistemas imbricados de poder. No entanto, ainda são incipientes os estudos que articulam violência de gênero e violência linguística sob o prisma das mulheres surdas, especialmente quando consideradas as dimensões étnico-raciais e os impactos biopsicossociais da privação comunicacional.

Além disso, a forma como esses corpos são representados ou sistematicamente apagados nas mídias contemporâneas reforça estereótipos ou consolida invisibilidades. Mulheres surdas raramente aparecem como sujeitas de fala; quando aparecem, são frequentemente enquadradas sob narrativas de superação individual ou deficiência como tragédia pessoal. Tal enquadramento desconsidera a dimensão estrutural das violências e obscurece as relações de poder que produzem desigualdades linguísticas e institucionais. Nesse cenário, a narrativa sinalizada registrada em vídeo emerge não apenas como procedimento metodológico, mas como prática contra-hegemônica de produção midiática e epistêmica, deslocando o lugar da representação e reinscrevendo o corpo surdo feminino como produtor legítimo de memória e conhecimento.

É nesse contexto que se insere o produto final do Doutorado Profissional ao qual esta pesquisa está vinculada ao repositório digital Narrativas Femininas Surdas,³ concebido como espaço virtual de preservação, visibilização e circulação das histórias de vida de mulheres surdas. O repositório constitui um arquivo audiovisual em Língua Brasileira de Sinais (Libras), reunindo entrevistas registradas em vídeo, com acessibilidade e mediação bilíngue, configurando-se como dispositivo de memória social e ferramenta de democratização do conhecimento. Ao transformar as narrativas sinalizadas em acervo público digital, o projeto rompe com a lógica histórica de apagamento das experiências surdas femininas e propõe uma intervenção concreta no campo das mídias contemporâneas, deslocando a mulher surda do lugar de objeto de representação para o de sujeito narrador de sua própria trajetória.

³Para saber mais acesse: <https://www.narrativasfemininassurdas.com/>

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Este artigo parte do seguinte problema de pesquisa: de que modo as narrativas sinalizadas de mulheres surdas materializam discursivamente a articulação entre violência de gênero e violência linguística, e como os dispositivos midiáticos participam da produção, legitimação ou silenciamento dessas experiências na esfera pública?

Portanto, parte-se da compreensão de que a violência linguística entendida como a negação do direito à língua, à comunicação e à mediação adequada constitui dimensão estruturante da violência de gênero vivenciada por mulheres surdas. Tal violência manifesta-se na família, quando há privação linguística e dependência comunicacional; no sistema de saúde, quando inexistem intérpretes ou acessibilidade; e na sociedade, por meio de racismo, ouvintismo e exclusão simbólica. Ao negar a língua, nega-se também a autonomia corporal, o direito à informação e o acesso pleno à cidadania.

A pesquisa insere-se no campo da História Oral com narrativa sinalizada e integra investigação de doutorado em andamento, no âmbito da qual foram entrevistadas cinco mulheres surdas que têm a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua. Foram examinadas experiências relacionadas à violência física, à negligência institucional e ao racismo, articulando tais vivências à dimensão estrutural da desigualdade de gênero no contexto posterior à promulgação da Lei nº 10.436, regulamentada pelo Decreto nº 5.626, que reconhecem e disciplinam o uso da Libras no Brasil. As entrevistas foram realizadas integralmente em Libras, registradas em vídeo e posteriormente traduzidas por equipe bilíngue, preservando-se a centralidade da experiência sinalizada como forma legítima de produção epistêmica e cultural.

A relevância deste estudo reside na lacuna existente entre os debates sobre violência de gênero e os estudos sobre surdez, que frequentemente permanecem dissociados. Ainda mais escassas são as análises que consideram simultaneamente gênero, raça e surdez a partir de uma perspectiva sócio-histórica e interseccional, incorporando a dimensão linguística como eixo estruturante da exclusão. Ao articular essas categorias, o artigo pretende contribuir para a ampliação dos debates sobre corpos e diversidades, propondo uma abordagem que reconhece a surdez não como déficit, mas

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



como diferença linguística e cultural, cuja negação produz efeitos concretos no campo biopsicossocial.

Assim, ao examinar as narrativas de mulheres surdas e ao materializá-las em um repositório digital de memória coletiva, este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre como determinados corpos são tratados nas instituições e invisibilizados nas representações sociais, defendendo que o enfrentamento das violências requer a incorporação da justiça linguística nas políticas públicas, nas práticas sociais e nas mídias contemporâneas. Escutar ou, mais precisamente, ver e reconhecer essas narrativas é passo fundamental para a construção de uma sociedade que efetivamente respeite a diversidade, promova equidade de gênero e étnico-racial e combata todas as formas de violência.

Visibilidade regulada: Mídia, enquadramentos e construção social dos corpos surdos femininos

A mídia não apenas reflete a realidade social, ela produz sentidos e organiza regimes de visibilidade. Hall (1997, p. 15) afirma que “a representação é a produção de sentido por meio da linguagem”, sendo, portanto, prática constitutiva da cultura. Isso implica reconhecer que os corpos que aparecem e aqueles que permanecem invisíveis resultam de disputas simbólicas. No caso das mulheres surdas, a invisibilidade midiática revela não neutralidade, mas hierarquização.

Tuchman (1978, p. 8) denomina esse processo de aniquilação simbólica, caracterizado pela ausência, trivialização ou estereotipação de determinados grupos sociais. A mulher surda raramente ocupa o lugar de narradora de sua própria história; quando representada, é frequentemente enquadrada sob narrativas de superação ou deficiência como tragédia pessoal. Esse enquadramento reforça o paradigma médico e obscurece a dimensão estrutural da exclusão.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



No contexto brasileiro, Sodré (2002, p. 23) sustenta que a mídia funciona como “instância organizadora do sensível”, estruturando percepções e legitimando discursos hegemônicos. Ao excluir a Libras como língua legítima de circulação midiática, a mídia tradicional reafirma o ouvintismo sistema que privilegia a oralidade como norma e reforça a marginalização linguística da comunidade surda. Skliar (1998, p. 28) já advertia que “a surdez tem sido narrada a partir da falta”, perspectiva que atravessa também as representações midiáticas.

Martín-Barbero (2003, p. 297), ao discutir mediações culturais, enfatiza que a comunicação não é mero canal, mas espaço de produção de identidades. Se a mulher surda não ocupa o espaço midiático como produtora de discurso, sua identidade é construída por narrativas alheias. Essa ausência conecta-se ao que hooks (1992, p. 115) descreve como política do olhar: “o olhar é um lugar de resistência”, mas também pode ser instrumento de controle.

Quando articulada à dimensão racial, essa invisibilidade se intensifica. Gonzalez (1988, p. 69) já denunciava a marginalização histórica das mulheres negras nos espaços de poder simbólico. A mulher surda negra, portanto, ocupa posição de dupla ou tripla invisibilidade de gênero, raça e condição linguística. A interseccionalidade proposta por Crenshaw (1991, p. 1244) permite compreender que essas categorias não se somam, mas se entrelaçam estruturalmente.

No entanto, as mídias contemporâneas digitais abrem brechas para deslocamentos. Castells (1999, p. 411) afirma que a sociedade em rede redefine as formas de produção e circulação da informação, possibilitando contra-narrativas. No caso da comunidade surda, plataformas audiovisuais e redes sociais tornaram-se espaços de ativismo linguístico e cultural.

O ativismo surdo digital tem produzido visibilidade por meio de vídeos em Libras, campanhas por acessibilidade e denúncias de violência linguística. Trata-se de movimento que busca romper com a dependência da mediação ouvinte e afirma a

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



centralidade da língua de sinais como língua política. A performance sinalizada em vídeo constitui, nesse contexto, prática estética e insurgente.

A cultura digital permite que a narrativa sinalizada circule em sua integridade visual, sem redução à transcrição escrita. Como observa Martín-Barbero (2003, p. 312), as novas mediações transformam a relação entre comunicação e identidade. Assim, o vídeo não é apenas suporte técnico, mas linguagem que articula corpo, gesto, expressão facial e espacialidade.

A representação midiática dos corpos surdos femininos, portanto, constitui campo de disputa política. O combate à violência de gênero e linguística passa também pela democratização dos meios de produção simbólica. Ao inscrever as narrativas sinalizadas no espaço público digital, esta pesquisa contribui para reconfigurar imaginários sociais, afirmando que o corpo surdo feminino não é ausência ou déficit, mas presença política e potência cultural.

1.1 A narrativa sinalizada como Prática Epistemológica: História Oral, Justiça Linguística e Produção Audiovisual

A presente investigação insere-se no campo qualitativo interpretativo e assume a História Oral não como mera técnica de coleta de depoimentos, mas como prática epistemológica situada, atravessada por relações de poder, regimes de verdade e disputas de memória. Em consonância com Alberti (2005), compreende-se que a entrevista de História Oral constitui espaço de coautoria narrativa, no qual memória e identidade são performativamente construídas no encontro entre pesquisadora e colaboradora. Tal perspectiva desloca a narrativa do estatuto de testemunho transparente para reconhecê-la como produção discursiva situada, atravessada por silenciamentos históricos e por estratégias de resistência.

No contexto dos Estudos Surdos, essa opção metodológica exige problematizar o próprio conceito de oralidade, historicamente ancorado em matriz fonocêntrica. Ao

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



adotar a História Oral com narrativa sinalizada, a pesquisa rompe com a colonialidade linguística que hierarquiza modalidades expressivas e assume a Libras como língua plena de produção de conhecimento. Essa escolha se articula às críticas de Skliar (1998) ao ouvintismo enquanto dispositivo normativo que institui a audição e a oralidade como critérios de humanidade, relegando a língua de sinais ao lugar da deficiência. Assim, o gesto metodológico de priorizar a Libras constitui também um gesto político de desestabilização do regime discursivo hegemônico.

Participaram da pesquisa cinco mulheres surdas adultas, usuárias de Libras como primeira língua e autodeclaradas integrantes da comunidade surda. A seleção das participantes considerou a centralidade da experiência linguística na constituição identitária, reconhecendo que a língua não é mero instrumento comunicacional, mas dimensão constitutiva do sujeito cuja densidade discursiva evidencia de modo contundente a articulação entre violência de gênero e violência linguística. A escolha privilegia profundidade analítica, em consonância com Alberti (2005), para quem o valor heurístico da História Oral reside na capacidade de produzir interpretações críticas a partir da espessura narrativa.

As entrevistas foram realizadas em estúdio profissional no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), espaço cuja historicidade inscreve simbolicamente a pesquisa na trajetória das lutas educacionais da comunidade surda no Brasil. A produção audiovisual contou com equipe multidisciplinar composta por operador de câmera, tradutora-intérprete de Libras, revisora bilíngue e apoio técnico, assegurando rigor linguístico e fidelidade estrutural às narrativas sinalizadas. O roteiro semiestruturado foi concebido originalmente em Libras, respeitando sua organização sintática e espacial, o que implica reconhecer, à luz de Foucault (1971; 1975), que os regimes discursivos são inseparáveis das condições materiais e institucionais de sua produção. Elaborar as perguntas na língua das entrevistadas significa alterar as condições de possibilidade do discurso e deslocar o eixo de enunciação.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Todo o processo ético, incluindo a apresentação da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os documentos submetidos ao Comitê de Ética foram traduzidos para Libras em formato audiovisual. Os procedimentos não constituem uma mera adequação técnica, mas sim ruptura com práticas historicamente excludentes que produzem o sujeito surdo como objeto de pesquisa e não como agente de enunciação.

O corpus audiovisual foi submetido a processo de decupagem, segmentando-se as narrativas em unidades de sentido preservadas em sua integridade visuoespacial. A transcrição inicial foi realizada por meio de glosas, respeitando a gramática própria da Libras, seguida de tradução para o português por equipe bilíngue, com revisão de profissional surda. Reconhece-se, com Alberti (2005), que toda transcrição é ato interpretativo; contudo, ao tratar-se de deslocamento intermodal, a operação tradutória envolve não apenas transposição lexical, mas reconfiguração semiótica. A materialidade do corpo como expressões faciais, intensidade gestual, uso do espaço, ritmo e pausas não pode ser integralmente capturada na escrita, exigindo que o vídeo permaneça como fonte primária de análise.

A análise foi conduzida sob perspectiva microdiscursiva, articulando História Oral, Análise do Discurso e interseccionalidade. Inspirada em Orlandi (1999), parte-se do pressuposto de que o sentido não está no texto como dado estável, mas se produz na relação entre sujeito, língua e história. Assim, cada fragmento narrativo foi examinado linha a linha, considerando as condições de produção do enunciado, os efeitos de sentido gerados pelas escolhas lexicais e corporais, as repetições enfáticas, os deslocamentos espaciais e os marcadores não manuais que estruturam a Libras. O corpo sinalizante é compreendido como superfície de inscrição discursiva, na qual se materializam tanto os efeitos do poder quanto as estratégias de resistência.

A incorporação da noção de performatividade de Butler (1990) amplia a compreensão do gênero como efeito reiterado de práticas discursivas e normativas. Ao analisar as narrativas das mulheres surdas, observa-se que o gênero não se apresenta

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



como essência, mas como posição social reiteradamente produzida em contextos marcados pelo patriarcado e pelo ouvintismo. A violência de gênero, articulada à violência linguística, evidencia como determinadas vidas são produzidas como menos dignas de reconhecimento. A interseccionalidade, conforme formulada por Crenshaw (1989; 1991), oferece a chave analítica para compreender a simultaneidade desses marcadores, enquanto as contribuições de Saffioti (2004) permitem situar tais experiências no interior das estruturas patriarcais brasileiras.

A análise microdiscursiva revelou que a violência não se manifesta apenas no conteúdo temático, mas na forma do dizer, na pausa prolongada ao rememorar a exclusão, na intensificação corporal ao relatar a dependência comunicacional, na repetição enfática de sinais associados à limitação e à invisibilidade. Ao considerar esses elementos, a pesquisa assume que o discurso é prática social e que o poder se inscreve na materialidade do corpo. A imagem, conforme sustenta Mauad (2016), não é ilustração, mas documento dotado de linguagem própria; no caso da narrativa sinalizada, ela constitui o próprio arquivo vivo da experiência.

Desse modo, a metodologia adotada não se restringe a descrever procedimentos técnicos, mas configura um posicionamento ético-político diante da produção do conhecimento. Priorizar a Libras, preservar o vídeo como fonte primária e realizar análise microdiscursiva do corpo como texto implica desestabilizar a hegemonia fonocêntrica que historicamente silenciou mulheres surdas. A História Oral com narrativa sinalizada, articulada à análise discursiva e à perspectiva interseccional, constitui prática de justiça linguística e epistemológica, ampliando as possibilidades de investigação nas Ciências Humanas e Sociais e tensionando os limites do que tradicionalmente se reconhece como fonte, voz e autoria.

1.2 Entre o silenciamento e a enunciação: narrativas sinalizadas, violência de gênero e dispositivos midiáticos na produção dos corpos surdos femininos

A análise das entrevistas revelou que as narrativas sinalizadas materializam discursivamente a articulação entre violência de gênero e violência linguística não

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



apenas pelo conteúdo temático dos relatos, mas pela forma enunciativa por meio da qual essas experiências são corporificadas na Libras. A violência emerge como fenômeno estrutural, reiterado nas práticas institucionais, familiares e midiáticas, e inscrito na materialidade do corpo sinalizante.

No relato de Rayssa, a negligência institucional no campo da saúde demonstrou como a ausência de acessibilidade linguística configura violência estruturante. Ao afirmar: “na saúde a maioria não tem intérprete... tem alguns profissionais que até sabem o básico, mas é muito pouco... a maioria não sabe nada” (Rayssa, 2025), a entrevistada não descreve apenas uma dificuldade comunicacional, mas expõe a produção institucional da surdez como deficiência administrável e não como diferença linguística legítima. A repetição do marcador “maioria” e a ênfase corporal na insuficiência operam discursivamente como intensificação do abandono estrutural. A violência linguística, nesse caso, não é episódica; ela constitui dispositivo de exclusão que limita o acesso a direitos básicos, incidindo de modo diferenciado sobre mulheres surdas especialmente quando se trata de saúde sexual e reprodutiva.

O racismo e o sexismo aparecem imbricados à condição linguística. Ao relatar situações de discriminação Maria Auxiliadora “Dodora” em sua narrativa articula múltiplos marcadores sociais que não operam de forma isolada “É difícil (...) eu sou mulher, sou surda, sou negra. Muitas vezes as pessoas me olham e já pensam que eu não entendo, que eu não sei. Eu sinto que preciso provar o tempo todo” (Maria Auxiliadora “Dodora”, 2025). A materialidade sinalizada demonstram pausas prolongadas e intensificação gestual ao rememorar experiências de deslegitimação pública, sugerindo que a violência não se reduz ao ato discriminatório em si, mas ao regime de inteligibilidade que produz determinados corpos como menos autorizados a ocupar o espaço público. O corpo negro, feminino e surdo torna-se alvo de um duplo silenciamento pelo patriarcado e pelo fonocentrismo.

A violência física no âmbito familiar é atravessada pela dimensão linguística. Ao narrar experiências de incompreensão e privação comunicacional, no relato de Ayandra

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



“Eu não entendia o que estava acontecendo, ninguém explicava para mim. Eu ficava perdida. Era como se eu não tivesse direito de saber.” (Ayandra, 2025) observou-se que a violência doméstica não se manifesta apenas como agressão corporal, mas como controle da língua e restrição da possibilidade de enunciação. A ausência de diálogo em Libras no ambiente familiar é descrita como experiência de isolamento e dependência, evidenciando que a violência linguística antecede e sustenta outras formas de violência de gênero. O silenciamento, nesse contexto, não é metáfora: é condição material que fragiliza redes de apoio e dificulta denúncias.

Do ponto de vista microdiscursivo, a articulação entre violência de gênero e violência linguística se materializa em recursos próprios da Libras: repetição enfática de sinais associados à limitação, uso restrito do espaço sinalizado ao remeter-se a ambientes institucionais, expansão corporal ao narrar momentos de resistência e conquista. A pausa prolongada antes de mencionar determinadas experiências funciona como marcador de memória traumática, enquanto a intensificação gestual ao sinalizar “sozinha”, “difícil” ou “sem intérprete” revela que o discurso não apenas relata a violência ele a reinscreve corporalmente.

Assim, as narrativas sinalizadas analisadas demonstram que a violência de gênero, no caso das mulheres surdas, é indissociável da violência linguística. A negação da Libras como língua legítima produz dependência, restringe autonomia e limita o acesso a direitos, configurando tecnologia de poder que opera tanto no âmbito privado quanto institucional. A mídia, enquanto instância de produção de sentido, participa desse processo ao legitimar determinadas imagens e silenciar outras, mas também pode tornar-se arena de contra-discursos quando apropriada pelas próprias mulheres surdas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao deslocar o foco analítico para a centralidade da Libras e para a materialidade do corpo sinalizante, buscou-se compreender não apenas os conteúdos relatados, mas os

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



regimes de inteligibilidade que historicamente condicionam quais vidas são reconhecidas como dignas de escuta e quais permanecem à margem do reconhecimento social.

A análise demonstrou que a privação linguística não opera como elemento periférico nas trajetórias examinadas, mas constitui eixo estruturante de vulnerabilização. A ausência sistemática de mediação linguística em serviços públicos, a dependência comunicacional no âmbito familiar e os enquadramentos midiáticos ancorados na lógica da superação individual ou da tragédia pessoal configuram expressões de uma mesma matriz normativa que articula patriarcado e ouvintismo. À luz da interseccionalidade (Crenshaw, 1989, 1991), verificou-se que gênero e surdez produzem efeitos indissociáveis, gerando formas específicas de subalternização que não podem ser reduzidas à soma de discriminações isoladas.

A crítica à normalidade formulada por Davis (1995) contribui para compreender que tais dinâmicas derivam de uma construção histórica que instituiu a audição como padrão universal de humanidade, enquanto as formulações de Bauman (2014) e Ladd (2003) permitem reinterpretar essas experiências não como déficits, mas como posicionamentos culturais e políticos inscritos em processos de afirmação identitária.

No plano metodológico, a adoção da História Oral com narrativa sinalizada, associada à análise microdiscursiva, revelou-se determinante para a produção de conhecimento situado. Ao preservar o vídeo como fonte primária e examinar minuciosamente expressões faciais, organização espacial, intensidade gestual e pausas como elementos constitutivos do enunciado, a investigação ultrapassou os limites da transcrição escrita como única forma legítima de registro científico.

A contribuição científica deste estudo pode ser sintetizada em três eixos articulados. Primeiramente, no âmbito dos Estudos Surdos e das Ciências Humanas, ao consolidar a narrativa sinalizada como fonte epistemologicamente consistente, tensionando a hegemonia fonocêntrica que ainda orienta grande parte da produção

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



acadêmica. Em segundo lugar, no campo da Comunicação, ao problematizar criticamente os enquadramentos midiáticos sobre corpos surdos femininos, demonstrando como determinadas estratégias de representação reproduzem hierarquias simbólicas sob a aparência de inclusão. Em terceiro lugar, no plano metodológico, ao explicitar um protocolo de análise microdiscursiva aplicado à Libras, contribuindo para o refinamento de procedimentos analíticos sensíveis à materialidade visuoespacial das línguas de sinais.

Não obstante, alguns limites devem ser reconhecidos. O recorte privilegiou profundidade interpretativa em detrimento de amplitude amostral, concentrando-se em número restrito de entrevistas. Embora essa opção esteja alinhada à tradição da História Oral, investigações futuras poderão ampliar o corpus e incorporar de forma mais sistemática marcadores como raça, territorialidade e geração, aprofundando a dimensão interseccional. Além disso, o estudo concentrou-se na análise qualitativa das narrativas, sem explorar empiricamente a circulação midiática dessas produções ou seus efeitos de recepção, o que abre espaço para pesquisas que articulem Estudos Surdos, Comunicação Digital e análise de audiências.

Ao reconhecer a Libras como língua de produção científica e o corpo surdo feminino como instância legítima de enunciação, este estudo desloca o debate da inclusão formal para a transformação das condições estruturais de produção do saber e da visibilidade pública. A articulação entre justiça linguística e justiça de gênero não se apresenta como pauta identitária restrita, mas como questão epistemológica central para as Ciências Humanas e Sociais contemporâneas. Trata-se, portanto, de afirmar que a democratização da comunicação implica necessariamente a revisão crítica dos critérios que definem quem pode falar, em que língua e sob quais condições de reconhecimento.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



BAUMAN, H-Dirksen L.; MURRAY, Joseph J. **Deaf gain**: raising the stakes for human diversity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

DAVIS, Lennard J. **Enforcing normalcy**: disability, deafness, and the body. London: Verso, 1995.

DOTSON, Kristie. Tracking epistemic violence, tracking practices of silencing. *Hypatia*, Hoboken, v. 26, n. 2, p. 236–257, 2011.

FRICKER, Miranda. *Epistemic injustice: power and the ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1971.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1975.

LADD, Paddy. **Understanding Deaf culture**: in search of Deafhood. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

MAUAD, Ana Maria. História oral e memória: a produção de narrativas visuais e audiovisuais. In: _____. **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p. 203–220.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.